

ATA DA 465ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO – BIÊNIO 2014/2016

Aos vinte e nove dias do mês de abril do ano dois mil e dezesseis, na Sala de Reuniões do Edifício Sede, situada na Rua Boa Vista, nº 200, 1º andar, reuniu-se o Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado, sob a Presidência do Senhor Defensor Público-Geral Rafael Valle Vernaschi. Presentes os/as Conselheiros/as: Alexandre Orsi Netto, Augusto Guilherme Amorim Santos Barbosa, Bruno Diaz Napolitano, Bruno Ricardo Miragaia Souza, Kathya Beja Romero, Luís Gustavo Fontanetti Alves da Silva, Luiz Eduardo de Toledo Coelho, Pedro Antônio de Avellar, Rafael Bessa Yamamura, Wagner Ribeiro de Oliveira, Representando a Apadep, Franciane de Fátima Marques e Representando a Ouvidora-Geral, Alderon Pereira da Costa. Ausente justificadamente o Conselheiro Horácio Xavier Franco Neto. O Presidente iniciou a sessão às 09h54min, encaminhando para leitura e aprovação da atada 464ª Sessão Ordinária, a qual foi aprovada por unanimidade. Após, iniciou as comunicações da Presidência. Comunicou que, nesta sexta-feira, esteve presente ao evento promovido pela Edepe o Juiz Auxiliar da Presidência e Coordenador do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas do Conselho Nacional de Justiça, Luis Geraldo Sant'ana Lanfredi, em razão do convite para palestrar sobre audiências de custódia. Nesse sentido, franqueou a palavra ao magistrado. Ele agradeceu o convite recebido, e demonstrou uma honra muito grande de participar deste evento, e enalteceu o trabalho da Edepe, pois dissemina o conhecimento técnico para os operadores do direito. Enalteceu o papel da instituição em participar das audiências, e ressaltou a importância da Defensoria Pública Paulista ser pioneira na realização do projeto, o que motiva outras Defensorias Públicas do país a expandir em outros tribunais, considerando um exemplo de transformação dos paradigmas do sistema de justiça criminal brasileiro. Por fim, aproveitou o ensejo para parabenizar o Conselho Nacional de Justiça e o Supremo Tribunal Federal pela implementação das audiências de custódia. O Presidente agradeceu a presença do Dr. Luis Lanfredi, e discursou que, desde o início, quando a instituição havia sido chamada para participar do projeto por iniciativa do Ministro Levandowski, não teve dúvidas de colaborar, e reforçou que a instituição sempre estará à disposição para a realização desse objetivo comum à todos. Após, cumprimentou os candidatos ao Conselho Superior, e também ao candidato Davi Depiné, que concorreu na qualidade de Defensor Geral nas eleições da Defensoria Pública. Comentou que existem divergências sobre os caminhos a serem adotados, mas afirmou que o objetivo é comum. Por fim, parabenizou a Comissão eleitoral pela condução dos trabalhos, e por intercorrências em todo o processo eleitoral. Após, passou-se as comunicações da Secretaria do Conselho Superior. Ela justificou a ausência do Conselheiro Bruno Miragaia e do Conselheiro Horácio Xavier que estava em férias. Em seguida, o Presidente deu início ao momento aberto. Franqueou a palavra ao Representante da População de Rua, Manoel Messias dos Santos. Ele manifestou satisfação na atuação da Defensoria Pública no atendimento à população de rua. Após, o Presidente continuou com as manifestações dos Conselheiros sobre assuntos diversos. O Conselheiro Pedro Avellar comentou sobre a transparência e eficiência da comissão organizadora do processo eleitoral, e nesse sentido, sugeriu uma moção de elogio a todos os envolvidos, na pessoa da sua Presidente Carolina Gagliato. O Ouvidor Geral, Alderon Pereira apoiou a proposta de moção de elogio, e parabenizou a todos os eleitos. Abordou que, embora tivesse sido transparente o processo eleitoral, mostrou a necessidade de avançar nos debates acerca do processo eleitoral, pois a sociedade civil não teve acesso às propostas dos candidatos, e tão pouco foi possível conversar com os candidatos para apresentação de sugestões. Após, convidou a todos para a entrega do “VII Prêmio Justiça para todos e todas Josephyna Bacariça”, que será realizado no próximo dia nove de maio, às 17h30min, na sede da Cia Pessoal do Faroste. Comentou que o evento tem propícia um momento de união entre os Defensores Públicos, Servidores e Sociedade Civil. Compartilhou a informação de que a ONG Conectas Direitos Humanos promoverá o intercâmbio de três Defensores Públicos da Argentina e um Defensor Público da Bahia, visando conhecer o trabalho da Defensoria Pública Paulista, e oferecer a troca de experiências. O Conselheiro Alexandre Orsi parabenizou todos os candidatos, e acompanhou os elogios à comissão organizadora. A Representante da Apadep,

Franciane Marques acompanhou os elogios, e também parabenizou a todos que participaram do processo eleitoral. Aproveitou o ensejo, e lembrou que no próximo dia dezoito de maio será comemorado o “Dia do Defensor Público”, e comentou que a entidade de classe pretende realizar um mutirão de atendimento seguindo o tema promovido pela Anadep, ou seja, direito à saúde. Apontou que a entidade de classe está em tratando com a Coordenadoria de Comunicação Social da instituição a impressão e distribuição de cartilhas no evento, e nesse sentido, pediu o apoio da Defensoria Geral. Comentou que, na próxima quinta-feira, será pautado o processo que trata das autonomias funcionais e administrativas da Defensoria Pública no Supremo Tribunal Federal. Indagou se há previsão para a realização do concurso de remoção de Defensores Públicos. Por fim, comentou que esteve na Assembleia Legislativa nesta semana, visando tratar do projeto de remuneração de Defensores e Servidores. Apontou que o Deputado Campos Machado havia apresentado um projeto substitutivo ao PLC nº 58/15, e apontou que o projeto não contempla os Defensores Públicos, e nesse sentido, indagou como a Defensoria Pública Geral trabalhará considerando esse cenário. A Conselheira Kathya Beja parabenizou a todos que atualmente atuam no Conselho Superior, inclusive pelo tempo e a disposição investido nos últimos dois anos, e considerou um trabalho digno de reconhecimento. Comentou que, durante o período eleitoral, havia recebido a Defensoria Pública do Estado de Tocantins, e na oportunidade foi oferecido o sistema eletrônico de votação, que permitiria obter o resultado eleitoral em poucos minutos, após o encerramento das votações. Enalteceu o senso de responsabilidade da Defensora Carolina Gagliato, que embora tenha se encantado com a possibilidade, que naquele momento entendeu ser impossível mudar o modelo previsto no curso do processo eleitoral. Aproveitou o ensejo para parabenizar a Edepe pela promoção do evento que trata das audiências de custódia, e considerou que a instituição é modelo para outras instituições, inclusive as Corregedorias de Defensorias Públicas de outros Estados, que entram em contato para pedir informações. Por fim, reforçou o convite para os Defensores Públicos que atuam nas Varas de Execução Criminal, a participarem da reunião sobre atuação no Deecrim, prevista para o dia seis de maio do corrente ano. Lembrou que os Coordenadores serão afastados para participarem do evento, mas reforçou que todos podem participar por videoconferência. Afirmou que, a Corregedoria, busca dados de atuação com as Secretarias das Unidades, visando mensurar o volume de processos. O Conselheiro Augusto Guilherme acompanhou a moção de elogio à Comissão Eleitoral, e estendeu os cumprimentos a todos os envolvidos na organização do evento, inclusive aos candidatos eleitos e reeleitos, desejando que todos realizem suas atribuições com dignidade em prol da instituição. O Conselheiro Rafael Bessa abordou que, independentemente do grupo político que esteja à frente da administração superior, o importante é que os Defensores Públicos apoiem e torçam para que tudo transcorra da melhor forma possível. Parabenizou também aos candidatos eleitos, que se dispuseram a concorrer, além da Presidência da Comissão Eleitoral pela eficiência no trabalho realizado, e acompanhou a sugestão do Conselheiro Pedro Avellar na moção de elogio. Parabenizou ainda o Ouvidor Geral, Alderon Pereira na recondução ao cargo, e considerou ser a pessoa mais bem preparada para exercer a função. O Conselheiro Luiz Eduardo manifestou ser favorável a moção, e acrescentou elogios à Comissão Organizadora. O Conselheiro Luis Gustavo acrescentou que o trabalho da Comissão Eleitoral foi desenvolvido com brilhantismo. O Conselheiro Luiz Eduardo mostrou preocupação sobre as audiências de custódia, pois a sua realização nos locais decorrem de um número reduzido de Defensores Públicos em comparação com a quantidade de juízes e promotores. Pediu desculpas aos Defensores Públicos que aguardam a votação do concurso de promoção do nível I para o nível II, relativo ao ano de 2016, e justificou o atraso em seu voto por ter recebido recentemente dois processos de candidatos que tinham sido distribuídos de forma equivocada. O Conselheiro Luis Gustavo informou que as 2ª e 3ª Subdefensorias estarão presentes na reunião sobre o Deecrim, e observou que, recentemente, a administração havia recebido a intimação de uma sentença negando um mandado de segurança, que questionava o ato das 2ª e 3ª Subdefensorias, disciplinando a atuação nos Deecrim's. Apontou que, na sentença, o juiz considerava regular a normativa, pois entendia que se tratava apenas de mera regulamentação. Por fim, apontou que a sistemática para atuação nos Decrim's será mantida, ainda que deva ser aprimorada. Após, o Presidente prestou os seguintes esclarecimentos. Com relação a moção de elogio, encaminhou para deliberação,

sendo aprovado por unanimidade a expedição de moção à Comissão Eleitoral. Com relação ao evento do Dia Nacional do Defensor Público, informou que a Defensoria Geral apoia a celebração do evento, e continuará as tratativas com o departamento, visando viabilizar a realização das comemorações. Com relação ao projeto de remuneração dos Defensores e Servidores, apontou que a estratégia da instituição é para que haja aprovação integral da proposta. Nesse sentido, apontou que a ideia é trabalhar para que haja rejeição do projeto substitutivo apresentado, no que tange aos Defensores Públicos. Com relação ao certame de remoção, o Conselheiro Bruno Napolitano informou que irá sugerir aos membros da próxima gestão a realização do concurso de remoção para o dia vinte de maio, e justificou a data em razão das diversas remoções que cobrem os afastamentos perenes das macrorregiões, e diante da mudança de gestão, haverá diversas alterações. Por fim, o Presidente anunciou, a pedido da Coordenadora da Associação dos Servidores, que haverá a inauguração da nova sede no próximo sábado às 18h, estando localizada na Rua Boa Vista, 254 – 10º andar. Não havendo mais inscritos, passou-se a ordem do dia. O Presidente encaminhou propostas de exceção e inversão da ordem do dia, sendo aprovada da seguinte forma: CSDP nº 635/15. Interessados: Defensores Públicos da Unidade Araraquara. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 143/09 (que fixa as atribuições dos Defensores Públicos na Defensoria Pública do Estado de São Paulo). Relator: Conselheiro Augusto Guilherme Amorim dos Santos Barbosa. O relator leu o relatório e proferiu o voto no sentido de deferir o pedido dos Defensores da Unidade, conforme minuta anexada. O Presidente encaminhou para discussão e votação, sendo aprovado por unanimidade, nos termos do voto do relator. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, aprovar a proposta de alteração, nos termos da Deliberação CSDP nº 327, de 29 de abril de 2016, a ser publicada oportunamente. CSDP nº 240/16. Interessado: Primeira Subdefensoria Pública-Geral do Estado. Assunto: Proposta de abertura de Concurso Estadual de Estagiário de Direito para o exercício de 2016. Relator: Conselheiro Alexandre Orsi Netto. O relator leu o relatório e proferiu o voto no sentido de deferir as listas encaminhadas pelo Departamento de Recursos Humanos, conforme consta nos autos. O Presidente encaminhou para deliberação, sendo aprovado por unanimidade, nos termos do voto do relator. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, homologar o resultado final do mês de abril de 2016, bem como as listas emergenciais do mês de março das Unidades Osasco e Jundiá, e do mês de abril da Unidade Nossa Senhora do Ó, a serem publicadas oportunamente. CSDP nº 263/16. Interessados: Luis Guilherme Pereira Delledono e Maria Cecilia Remoli de Souza Lopes. Assunto: Remoção por permuta (07ª DP e 13ª DP da Unidade Bauru). Relator: Conselheiro Alexandre Orsi Netto. O relator informou que houve a manifestação de uma Defensora no prazo previsto em edital, motivo pelo qual aportou nos autos o pedido de desistência dos interessados na permuta ora requerida. Nesse sentido, encaminhou pela homologação do pedido de desistência. O Presidente encaminhou para discussão. O Conselheiro Wagner Ribeiro indagou ao relator se constava o motivo da desistência dos interessados. O relator respondeu que os interessados manifestaram a desistência por ausência de interesse da vaga da terceira interessada. O Conselheiro Wagner Ribeiro entendeu que devesse ser aplicado o respeito da antiguidade neste caso, e pediu vista do processo para analisar o pedido. O Conselheiro Alexandre Orsi manifestou que o regramento da deliberação é contrário ao entendimento do Conselheiro Wagner Ribeiro, e concordou no mérito. Avaliou a possibilidade de modificar a deliberação, caso haja entendimento diverso por este Colegiado. O Conselheiro Augusto Guilherme acompanhou a importância de modificar a deliberação. Após, o Presidente encaminhou para deliberação, sendo aprovado por unanimidade, a concessão da vista. Vista concedida ao Conselheiro Wagner Ribeiro de Oliveira. CSDP nº 169/16. Interessado: Coordenador do Núcleo Especializado de Defesa do Consumidor. Assunto: Relatório semestral do Núcleo Especializado (agosto de 2015 a janeiro de 2016). Relator: Conselheiro Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva. O relator leu o relatório e proferiu o voto no sentido de deferir o relatório apresentado. O Presidente encaminhou para discussão e deliberação, sendo aprovado por unanimidade, nos termos do voto do relator. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, aprovar o relatório semestral do Núcleo Especializado de Defesa do Consumidor. CSDP nº 246/16. Interessada: Coordenadora do Núcleo Especializado da Infância e Juventude. Assunto: Relatório Semestral

do Núcleo Especializado (agosto a janeiro de 2016). Relator: Conselheiro Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva. O relator leu o relatório e proferiu o voto no sentido de deferir o relatório apresentado. O Presidente encaminhou para discussão e deliberação, sendo aprovado por unanimidade, nos termos do voto do relator. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, aprovar o relatório semestral do Núcleo Especializado da Infância e Juventude. CSDP nº 338/16. Interessada: Coordenadora Auxiliar do Núcleo Especializado de Segunda Instância e Tribunais Superiores. Assunto: Relatório semestral do Núcleo Especializado (agosto de 2015 a janeiro de 2016). Relator: Conselheiro Pedro Antonio de Avellar. O relator leu o relatório e proferiu o voto no sentido de deferir o relatório apresentado. O Presidente encaminhou para discussão e deliberação, sendo aprovado por unanimidade, nos termos do voto do relator. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, aprovar o relatório semestral do Núcleo Especializado de Segunda Instância e Tribunais Superiores. CSDP nº 267/16. Interessada: Coordenadora do Núcleo Especializado de Habitação e Urbanismo. Assunto: Proposta de abertura de inscrições para membros e/ou colaboradores dos Núcleos Especializados. Relator: Conselheiro Bruno Diaz Napolitano. O relator leu o relatório e proferiu o voto no sentido de deferir as duas inscrições recebidas, e indicá-las a compor a lista de integrantes do Núcleo Especializado. O Presidente encaminhou para discussão e deliberação, sendo aprovado por unanimidade, nos termos do voto do relator. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, indicar os seguintes Defensores/as Públicos/as Ariane Know Ieri e Liliane Mageste Barbosa para compor o Núcleo Especializado de Habitação e Urbanismo. CSDP nº 390/16. Interessado: Ricardo Amorim Leite

Assunto: Pedido de afastamento parcial para cursar pós-graduação, no período de abril de 2016 a março de 2017. Relator: Conselheiro Bruno Diaz Napolitano. O relator leu o relatório e proferiu o voto no sentido de deferir o afastamento parcial do interessado, às quintas-feiras. O Presidente encaminhou para discussão e deliberação, sendo aprovado por unanimidade, nos termos do voto do relator. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, deferir o afastamento parcial do interessado, no período de 29 de abril de 2016 a 30 de março de 2017. CSDP nº 262/16. Interessada: Danielle Gaiotto Junqueira. Assunto: Pedido de afastamento para participação no curso de pós-graduação no exterior, no período de 22 de agosto de 2016 a 05 de maio de 2017. Relator: Conselheiro Wagner Ribeiro de Oliveira. O relator leu o relatório e proferiu o voto no sentido de converter o julgamento do processo em diligência, a fim de cumprir os requisitos previstos nos artigos 2º, § 5º; 4º, incisos IV e VII da Deliberação CSDP nº 321/2015. Entretanto, diante do que dispõe o art. 5º, § 2º, (“o pedido que no momento da votação não atenda aos requisitos desta deliberação será indeferido, sendo vedada, em regra, a conversão do julgamento em diligência”), é o caso de indeferimento do presente pedido para complementação da documentação exigida na Deliberação nº 321/2015 e elaboração de novo pedido. No que tange ao pedido subsidiário, entendeu ser pertinente o deferimento do afastamento para tratar de interesses particulares de forma alternativa, a partir de 15 de agosto de 2016. No que se refere ao pedido de licença para tratar de interesses particulares pelo período de 02 anos, de agosto de 2016 a agosto de 2018, é dos autos que a interessada conta com ao menos 3 (três) anos de efetivo exercício na carreira de Defensora Pública, cumprindo, assim, o requisito do art. 147 da Lei 988/2006. Por fim, votou da seguinte forma: 1) Pelo indeferimento do pedido de afastamento para curso de pós-graduação no exterior com a possibilidade de renovação do pedido após complementação da documentação faltante; 2) Pelo deferimento do pedido de licença para tratar de interesses particulares por 02 anos a partir de 15 de agosto de 2016. O Presidente encaminhou para discussão e deliberação. O Conselheiro Alexandre Orsi pediu que houvesse a indagação de dúvidas à interessada, que estava presente a sessão do Conselho Superior. O Presidente franqueou a palavra, a qual foi sustentada pela interessada, justificando as razões do seu pedido de afastamento. Após, o Presidente encaminhou para discussão. O Conselheiro Rafael Bessa encaminhou para que houvesse análise preliminar do caso, pois haveria a necessidade de análise pelo Colegiado, sobre os requisitos estarem ou não preenchidos, com base na deliberação vigente. Após, subsidiariamente, a análise do pedido para interesse particular. Após o consenso pelo Colegiado, passou-se a análise da preliminar do preenchimento dos requisitos pela interessada. O Conselheiro Rafael Bessa

encaminhou pelo deferimento do afastamento, nos termos da deliberação vigente, de modo que a interessada possa cursar as disciplinas no prazo de 10 (dez) meses, em decorrência da manifestação expressa da interessada de que ela não conseguiria apresentar a documentação imediatamente, mas ela se comprometeu a regularizar posteriormente. O Conselheiro Augusto Guilherme acompanhou o entendimento e discordou do relator. O relator ponderou sobre a necessidade de apresentação de documentação complementar, com base na relação das matérias do curso que se encerrará em maio de 2016, conseguindo cumprir as diligências solicitadas. Considerou vaga a documentação apresentada, e considerou ainda um precedente perigoso afastar a interessada para curso no exterior, sem antes ter o calendário de aulas pretendido, contendo a carga horária, causando insegurança na votação do requerimento. O Conselheiro Alexandre Orsi considerou pertinente a colocação do relator, mas avaliou a possibilidade de afastar a interessada condicionando a apresentação do calendário posteriormente. O Conselheiro Luiz Eduardo ponderou que, mesmo que a interessada traga a carga horária atual, a mesma possivelmente não será a mesma no futuro, e considerou que, caso a interessada apresente a matrícula e condicionando a apresentação futura dos créditos no curso contemplaria, em seu modo de ver, a possibilidade de deferir o afastamento pretendido. A Conselheira Kathya Beja acompanhou o entendimento, e pontuou que o curso terá período de início e término, o que caracteriza dinamismo no curso e impossibilita o cumprimento do requisito solicitado pelo relator. Após as discussões, o Presidente encaminhou para deliberação a questão preliminar, no que tange ao requisito apontado pelo relator. O Conselho Superior DELIBEROU, por maioria de votos, nos termos do voto do Conselheiro Rafael Bessa Yamamura, aprovar os documentos apresentados, condicionada a apresentação de requisito previsto no artigo 4º, inciso VII da Deliberação CSDP nº 321/15. Vencido o relator que votava pelo indeferimento por ausência de documentação complementar. Em seguida, o Presidente encaminhou para discussão o pedido subsidiário da interessada, no que tange ao afastamento para interesses particulares. O relator votou pelo indeferimento do pedido, baseado na redação do artigo 11 da Deliberação CSDP nº 321/15, por considerar inconveniente o afastamento da interessada com emenda ao afastamento deferido pelo Conselho Superior, pois ela estaria impossibilitada do preenchimento dos requisitos formais. O Conselheiro Rafael Bessa levantou uma questão de ordem, a fim de analisar e interpretar o artigo mencionado pelo relator, e sugeriu uma redação para consulta a possíveis casos de afastamentos. O Conselheiro Bruno Napolitano considerou que o artigo 11 é uma norma restritiva e não permite uma análise extensiva. Divergiu do relator, em razão da conveniência e oportunidade do pedido da interessada, e considerou ser possível deferir o pedido com essa cumulação. O Conselheiro Augusto Guilherme encaminhou pelo deferimento do afastamento da interessada. O Conselheiro Luis Gustavo abordou que o afastamento por licença prêmio a pessoa estaria em exercício, mas após o término do curso, especificadamente neste caso, a interessada já estaria no exterior. Apontou que a interessada pretende realizar estágios em entidades locais, o que motivaria o pedido licença por um ano cumulado com o afastamento para curso no exterior. Nesse sentido, encaminhou para acompanhar o entendimento do Conselheiro Bruno Napolitano, possibilitando a cumulação desse afastamento. O Conselheiro Alexandre Orsi considerou inviável criar um precedente de deferimento de afastamento pelo período de 01 (um) ano de licença não remunerada, e pontuou que tende a votar pelo afastamento do pedido de afastamento, mas indeferir o afastamento subsidiário. Após as discussões, o Presidente encaminhou para deliberação o encaminhamento feito pelo relator, que indeferia o pedido de afastamento, e do Conselheiro Bruno Napolitano, que deferia o afastamento. O Conselho Superior DELIBEROU ainda, por maioria de votos, nos termos do voto do Conselheiro Bruno Diaz Napolitano, deferir a licença para tratar de interesses particulares, no período de maio de 2017 a agosto de 2018, e suspender o tempo previsto no §3º, do artigo 8º da Deliberação CSDP nº 321/15, até o término da respectiva licença. Vencidos os Conselheiros Wagner Ribeiro de Oliveira e Rafael Bessa Yamamura, que votavam pelo indeferimento do pedido subsidiário, e o Conselheiro Alexandre Orsi Netto, que votava pelo indeferimento por fundamento diverso. Em suma, O Conselho Superior DELIBEROU, por maioria de votos, nos termos do voto do Conselheiro Rafael Bessa Yamamura, reconhecer o preenchimento dos requisitos formais, e autorizar o afastamento da interessada para curso no exterior, no período de 21 de agosto de 2016 a 05 de maio de 2017, condicionando a

apresentação das informações previstas no artigo 4º, inciso VII da Deliberação CSDP nº 321/15. Vencido o relator, que votava pelo indeferimento por ausência de documentos. DELIBEROU ainda, por maioria de votos, nos termos do voto do Conselheiro Bruno Diaz Napolitano, deferir a licença para tratar de interesses particulares, no período de maio de 2017 a agosto de 2018, e suspender o tempo previsto no §3º, do artigo 8º da Deliberação CSDP nº 321/15, até o término da respectiva licença. Vencidos os Conselheiros Wagner Ribeiro de Oliveira e Rafael Bessa Yamamura, que votavam pelo indeferimento do pedido subsidiário, e o Conselheiro Alexandre Orsi Netto, que votava pelo indeferimento por fundamento diverso. CGDP CAEP nº 035/14. Interessado/a: Davi Quintanilha Failde de Azevedo. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva. O relator leu o relatório e proferiu o voto no sentido de aprovar o 1º e o 2º relatório semestral. O Presidente encaminhou para discussão e deliberação, sendo aprovado por unanimidade, nos termos do voto do relator. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, aprovar o 1º e o 2º relatório e a continuidade do estágio probatório. CSDP nº 389/16 (Excetuado a pauta). Interessada: Mariana Carvalho Nogueira. Assunto: Pedido de afastamento para participação no curso "Seminário de combate ao trabalho infantil: boas práticas", a ser realizado no dia 06 de maio de 2016. Relator: Conselheiro Augusto Guilherme Amorim dos Santos Barbosa. O relator leu o relatório e proferiu o voto no sentido de indeferir o afastamento, em razão da ausência de documentos previstos na Deliberação CSDP nº 27/07. O Presidente encaminhou para discussão e deliberação, sendo aprovado por unanimidade, nos termos do voto do relator. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, indeferir o afastamento da interessada, nos termos do enunciado CSDP nº 04. Consigna-se que a sessão foi encerrada às 13h10min, sendo prorrogados os demais processos na ordem do dia, os quais sejam: CSDP nº 1172/09. Interessado: Segundo Subdefensor Público-Geral. Assunto: Proposta de Edição de Código de Ética. Relator: Conselheiro Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 355/13. Interessada: Coordenadora do Núcleo Especializado de Habitação e Urbanismo. Assunto: Proposta de deliberação, que cria a função de Coordenador (a) de Habitação, Urbanismo e Questões Agrárias e fixa suas rotinas administrativas. Relator: Conselheiro Bruno Ricardo Miragaia Souza. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 113/14. Interessada: Coordenadora do Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher. Assunto: Proposta de Deliberação que determine a observação, nos documentos, atos normativos e solenidades no âmbito da Defensoria Pública do Estado de São Paulo à flexão de gênero. Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 118/14. Interessada: Cristina Emy Yokaichiya. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 206/11 (que regulamenta o concurso de remoção a pedido no âmbito da Defensoria Pública do Estado). Relator: Conselheiro Bruno Diaz Napolitano. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 185/14. Interessada: Corregedoria Geral. Assunto: Proposta de Deliberação para regulamentação da nova sistemática de arquivamento das sindicâncias realizadas pela Corregedoria-Geral da Defensoria Pública do Estado. Relator: Conselheiro Wagner Ribeiro de Oliveira. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 221/14. Interessados: Lucas Pampana Basoli, Bruno Bortolucci Baghim e Cesar Augusto Luiz Leonardo. Assunto: Proposta de deliberação visando regulamentar a aplicação do artigo 37, inciso XI da Constituição Federal no âmbito da Defensoria Pública do Estado de São Paulo. Relator: Conselheiro Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 233/14. Interessados: Defensores Públicos da Regional de São José dos Campos. Assunto: Proposta de edição de deliberação normativa visando regulamentar a atuação institucional na seara criminal. Relatora: Conselheira Kathya Beja Romero. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 251/14. Interessado: Vinicius da Paz Leite. Assunto: Proposta de deliberação para disciplinar o estágio e o serviço voluntário no âmbito da

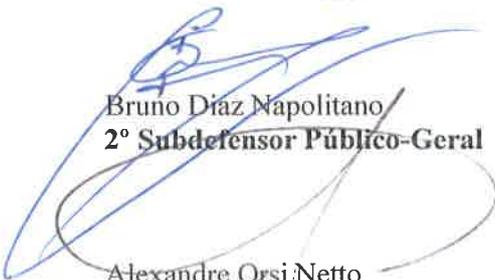
Defensoria Pública do Estado de São Paulo. Relator: Conselheiro Horacio Xavier Franco Neto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 275/14. Interessados: Alexandre Orsi Netto, Luiz Eduardo de Toledo Coelho e Horacio Xavier Franco Neto. Assunto: Proposta de deliberação para regulamentação da organização da prática social no âmbito interno da Defensoria Pública do Estado. Relator: Conselheiro Augusto Guilherme Amorim Santos Barbosa. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 295/14. Interessada: Coordenadora do Núcleo Especializado da Infância e Juventude. Assunto: Proposta de criação da função de Coordenador Regional da Infância e Juventude e a fixação de suas atribuições administrativas. Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 327/14. Interessada: APADEP. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 253/12, (que trata da possibilidade de compensação de dias trabalhados no âmbito da Defensoria Pública do Estado). Relatora: Conselheira Kathya Beja Romero. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 331/14. Interessados: Centro de Atendimento Multidisciplinar da Unidade Vila Mimososa e a Associação de Promotoras Legais Populares Cida da Terra. Assunto: Proposta de deliberação que visa a transmissão por sistema de videoconferência para todas as Unidades da Defensoria Pública no momento aberto das sessões do Conselho. Relator: Conselheiro Wagner Ribeiro de Oliveira. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 336/14. Interessado: APADEP. Assunto: Proposta de deliberação visando regulamentar a concessão de ajuda de custo para moradia aos membros da Defensoria Pública do Estado. Relator: Conselheiro Horácio Xavier Franco Netto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 346/14. Interessado: Bruno Haddad Galvão. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 165/10 (que disciplina a concessão do auxílio-transporte e auxílio-alimentação aos servidores da Defensoria Pública do Estado de São Paulo). Relatora: Conselheira Kathya Beja Romero. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 086/15. Interessado: Horacio Xavier Franco Neto. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 089/08 (que regulamenta as hipóteses de denegação de atendimento pela Defensoria Pública, concernentes a interesses individuais). Relator: Conselheiro Alexandre Orsi Netto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 173/15. Interessado: Primeira Subdefensoria Pública-Geral. Assunto: Apresentação do resultado dos trabalhos desenvolvido pela Comissão responsável pela proposição de alterações legislativas decorrentes da promulgação da Emenda Constitucional nº 80/2014. Relator: Conselheiro Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 214/15. Interessado: Horacio Xavier Franco Neto. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 026/08 (que regulamenta o estágio de Direito na Defensoria Pública, relativo a duração do estágio). Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 496/15. Interessado: Coordenador do Núcleo Especializado de Defesa do Consumidor. Assunto: Relatório Semestral do Núcleo Especializado (janeiro a junho de 2014). Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 521/15. Interessada: Primeira Subdefensoria Pública-Geral. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 111/09 (que institui o Regimento Interno dos Servidores Públicos da Defensoria Pública do Estado de São Paulo). Relator: Conselheiro Wagner Ribeiro de Oliveira. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 524/15. Interessada: Comissão de monitoramento da atividade de atendimento às pessoas presas provisoriamente. Assunto: Relatório semestral de atividades da Comissão (agosto de 2014 a abril de 2015). Relator: Conselheiro Bruno Diaz Napolitano. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 554/15. Interessados: Defensores Públicos da Unidade de Execução

Criminal da Capital. Assunto: Pedido de liminar de suspensão de efeitos contra o ato conjunto da 2ª e 3ª Subdefensoria Pública Geral, publicado no Diário Oficial do Estado de 27 de maio de 2015. Relatora: Conselheira Kathya Beja Romero. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 563/15. Interessada: Apadep. Assunto: Pedido de liminar de suspensão de efeitos contra a recomendação da Corregedoria Geral nº 29, de 14 de julho de 2015. Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 583/15. Interessada: Coordenadora do Núcleo Especializado de Habitação e Urbanismo. Assunto: Relatório Semestral do Núcleo Especializado (fevereiro a julho de 2015). Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 603/15. Interessada: Terceira Subdefensoria Pública-Geral. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 01/06 (que dispõe sobre o Regimento Interno do Conselho Superior). Relator: Conselheiro Rafael Bessa Yamamura. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 612/15. Interessado: Segunda Subdefensoria Pública-Geral. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 183/10 (que dispõe sobre o afastamento de servidores públicos da Defensoria Pública do Estado de São Paulo). Relator: Conselheiro Pedro Antonio de Avellar. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 625/15. Interessada: Coordenação da Comissão de Estudos Interdisciplinares. Assunto: Resultado dos trabalhos desenvolvidos pela comissão, nos termos do artigo 10 da Deliberação CSDP nº 187/10. Relator: Conselheiro Augusto Guilherme Amorim Santos Barbosa. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 634/15. Interessados: Defensores Públicos da Unidade Carapicuíba e da Unidade Osasco. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 143/09 (que fixa as atribuições dos Defensores Públicos na Defensoria Pública do Estado de São Paulo). Relator: Conselheiro Alexandre Orsi Netto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 004/16. Interessado: Pedro Antonio de Avellar. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 157/10 (que disciplina o processo de elaboração da lista tríplice de candidatos ao cargo de Ouvidor-Geral da Defensoria Pública do Estado de São Paulo). Relator: Conselheiro Alexandre Orsi Netto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 009/16. Interessada: Defensoria Pública Geral do Estado. Assunto: Concurso de promoção do nível I para o nível II, relativo ao ano de 2016. Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. Revisor: Conselheiro Pedro Antonio de Avellar. Interessados/as: (011/16). Eric Guilherme Ferreira de Carvalho; (012/16) Leonardo Arantes Vicentini; (013/16). Marcel Benetti Boer; (015/16). Fabio Henrique Esposto; (019/16). Lizandra Rabelo Duarte; (020/16). Laura Barbosa Ravagnani; (026/16). Thais de Assis Figueiredo Guimarães Aiello; (034/16). Celso Leo Yamashita; (035/16). Felipe Balduino Romariz; (037/16). Felipe Amorim Princesa; (038/16). Alberto Zorigian Gonçalves de Souza; (041/16). Nayara Rocha Rincon; (042/16). Guilherme Diniz Barbosa; (047/16). Luiz Otavio Contim Ferratto; (048/16). Anderson Almeida da Silva; (049/16). Clodoaldo Saguini Junior; (050/16). Fernando Pinheiro Gamito; (052/16). Roberta Alves Pachota Chaves da Silva; (054/16). Allan Ramalho Ferreira; (055/16). Rafael Lessa Vieira de Sá Menezes; (058/16). Lucia Thome Reinert; (062/16). Urbano Finger Neto; (064/16). Hendrinne Fontana Noorduin; (065/16). Raul Carvalho Nin Ferreira; (066/16). Rafael de Paula Eduardo Faber; (067/16). Mariana Tonolli Chiavone Delchiaro; (068/16). Fernanda Penteadó Balera; (069/16). Danilo Tadeu Szigmond Franco; (070/16). Daniel Palotti Secco; (071/16). Ligia Cintra de Lima Trindade; (072/16). Samuel Friedman; (074/16). Renato Campolino Borges; (077/16). Davi Quintanilha Failde de Azevedo; (084/16). Carlos Eduardo de Moraes Domingos; (088/16). Cecilia Cardoso Soares; (092/16). Thiago de Luna Cury; (093/16). Alline Delbem; (095/16). Dione Ribeiro Basilio; (096/16). Luciano Dal Sasso Masson; (099/16). Octavio Augustus Cordeiro; (100/16). Sergio Andre Weise Chinez; (102/16). Luiz Felipe Vanzella Rufino; (104/16). Claudia Manning; (105/16). Carla Pinheiro Martins; (107/16). Julio Cesar Valse; (111/16). Danielle Rinaldi Barbosa; (112/16). Diogo de Almeida Lopes; (115/16).

Helena de Lacerda Rodrigues Lage; (116/16). Estela Waksberg Guerrini; (117/16). Adriano Pinheiro Machado Buosi; (122/16). Soraia Anka; (123/16). Gabriela Galetti Pimenta; (127/16). Mariana de Gouvea Guarda; (128/16). Manuela Beatriz Gomes; (129/16). Ana Carolina Minutti; (130/16). Fernanda Silva Guido; (133/16). Andrea de Almeida Brunhari Bullara; (138/16). Vanessa Pizarro Riguete Correa Porto; (141/16). Renata Scanduzzi da Silveira; (142/16). Maira Ferreira Tasso; (145/16). Julia Aparecida Romão da Silva; (146/16). Lucas Akira Pascoto Nishikawa; (147/16). Natasha Teixeira Gonçalves de Souza; (148/16). João Ricardo Meira Amaral; (149/16). Thiago Pedro Pagliuca dos Santos; (150/16). Dennis Gerson Camargo Ramos Salgretti; (151/16). Maria Angelica Abud Chinaglia Bempensante; (152/16). Mario Augusto Carvalho de Figueiredo; (174/16). Julio Camargo de Azevedo; (175/16). Tatiana Mendes Soares Bachega; (178/16). Isabela Halley Hatty; (185/16). Juliana Alves de Almeida; (188/16). Cecilia Fonseca Bandeira de Melo; (189/16). Angelo de Camargo Dalben; (190/16). Felipe Hotz de Macedo Cunha; (210/16). William Roberto Casimiro Braga; (211/16). Michelle Boaventura Cordeiro; (212/16). Marcelo Dayrell Vivas; (215/16). Rafael Pitanga Guedes; (217/16). Alessandra Pinho da Silva; (221/16). Paula Sant'Anna Machado de Souza; (224/16). Gustavo Picchi; (228/16). Laura Naves Filisbino; (229/16). Tatiana Campos Bias Fortes; (231/16). Ricardo Augusto Paganucci Lodi; (232/16). Priscila Domiciano da Silva; (233/16). Fausto Dalmaschio Ferreira; (234/16). Fernanda Capitanio Macagnani Soldi; (235/16). Danielle Gaiotto Junqueira; (238/16). Monica de Toledo Thomazella; (241/16). Fabiana Julia Oliveira Resende. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, no que tange aos processos acima listados, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 075/16. Interessada: Coordenadora do Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher. Assunto: Relatório semestral do Núcleo Especializado (agosto de 2015 a janeiro de 2016). Relator: Conselheiro Augusto Guilherme Amorim dos Santos Barbosa. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 101/16. Interessado: Marcos Antonio Barbieri Gonçalves. Assunto: Pedido de afastamento para participação no curso de doutorado "Psicologia como profissão e ciência", no período de quatro anos. Relator: Conselheiro Rafael Bessa Yamamura. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 108/16. Interessado: Luiz Felipe Azevedo Fagundes. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 253/12 (que disciplina a possibilidade de compensação de dias trabalhados no âmbito da Defensoria Pública do Estado). Relator: Conselheiro Horacio Xavier Franco Neto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 213/16. Interessada: Coordenadora do Núcleo Especializado de Habitação e Urbanismo. Assunto: Relatório semestral do Núcleo Especializado (agosto de 2015 a janeiro de 2016). Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 245/16. Interessados: Felix Roberto Damas Junior, Lucas Pampana Basoli e Cesar Augusto Luiz Leonardo. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 10/06 (que estabelece regras para a realização do concurso de ingresso na Carreira de Defensor Público). Relatora: Conselheira Kathya Beja Romero. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 256/16. Interessada: Coordenadora do Núcleo Especializado de Cidadania e Direitos Humanos. Assunto: Relatório semestral do Núcleo Especializado (agosto de 2015 a janeiro de 2016). Relator: Conselheiro Horacio Xavier Franco Neto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 257/16. Interessada: Primeira Subdefensoria Pública-Geral do Estado. Assunto: Proposta de deliberação, visando regulamentar a atividade de educação em direitos na Defensoria Pública do Estado. Relator: Conselheiro Kathya Beja Romero. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 259/16. Interessada: Luciana Beirigo Oliveira. Assunto: Pedido de afastamento para tratar de interesses particulares, no período de 01 (um) ano. Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 261/16. Interessado: Pedro Antonio de Avellar. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 01/06 (que trata do regimento interno

do Conselho Superior). Relator: Conselheiro Rafael Bessa Yamamura. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CGDP CAEP nº 083/14. Interessado/a: Priscila Aparecida Lamana Diniz. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Bruno Ricardo Miragaia Souza. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CGDP CAEP nº 070/14. Interessado/a: Ligia Mafei Guidi. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. Não havendo mais processos na ordem do dia, o Presidente deu por encerrada a sessão às 13h10min. Eu, Sarah Rocha Tininis, Secretária do Conselho Superior, lavrei esta ata, que será objeto de aprovação na abertura dos trabalhos da próxima sessão. São Paulo aos vinte e nove dias do mês de abril do ano de 2016.


Rafael Morais Português de Souza
Presidente

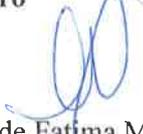

Bruno Diaz Napolitano
2º Subdefensor Público-Geral


Alexandre Orsi Netto
Conselheiro

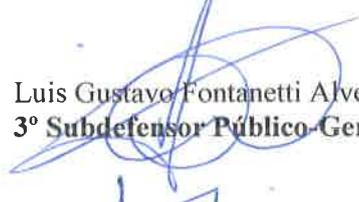

Bruno Ricardo Miragaia Souza
Conselheiro

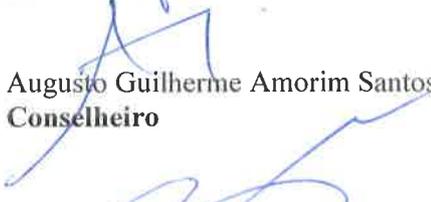

Pedro Antônio de Avellar
Conselheiro


Wagner Ribeiro de Oliveira
Conselheiro

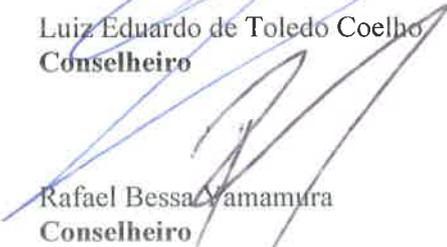

Franciane de Fatima Marques
Representante da Apadep


Kathya Beja Romero
Corregedora-Geral


Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva
3º Subdefensor Público-Geral


Augusto Guilherme Amorim Santos Barbosa
Conselheiro


Luiz Eduardo de Toledo Coelho
Conselheiro


Rafael Bessa Yamamura
Conselheiro


Alderon Pereira da Costa
Ouvidor-Geral